

Carta disporá sobre lei comum

Bilau Pereira

Pais não pode suportar nenhuma convulsão social".

Consenso

Na avaliação do relator, nenhum grupo — seja de esquerda, de direita ou de centro — formado dentro da Constituinte, terá, ao final dos trabalhos, a Constituição de seus sonhos. Como relator ele garante que pelo menos 90% de seu Substitutivo será produto da negociação, do acordo e do consenso: "Essa Constituição não será o resultado da pressão de nenhum grupo ou segmento dentro da Assembleia, pelo menos 90% dela será fruto da negociação e do consenso. Agora, os 10% restantes, estes sim podem depender de articulações destes grupos, já que são inegociáveis, devendo ser decididos no voto".

Entre os pontos não negociáveis, estão a duração do mandato do presidente Sarney, o conceito de empresa nacional, o Sistema de Governo e a reforma agrária. Cabral recusa-se a dar uma opinião pessoal sobre essas questões: "Elas acabariam confundindo-se com a postura do relator, e o papel do relator é relatar, em seu trabalho, a opinião da maioria". Mas abre uma exceção para o sistema de governo e confessa-se um parlamentarista convicto: "Eu defendo o sistema parlamentarista, não para que se opere a transição, mas sim por convicção. O Brasil precisa ter partidos fortes, o que não é possível em nosso modelo presidencialista, além do mais, nesse período de transição, o parlamentarismo seria muito útil ao Brasil, porque permitiria a participação do povo no Governo, através do Primeiro Ministro, como chefe do Governo".

PMDB

Cabral não concorda que o voto dos constituintes deva ser desvinculado do conteúdo programático de seus partidos. Ele não quis fazer considerações sobre os demais partidos, mas sobre o PMDB, partido do qual é membro, defendeu que seus filiados respeitem o programa, nos temas constitucionais por ele deliberados: "Não haverá nunca partidos fortes — e os partidos são escolas de aperfeiçoamento democrático — enquanto seus programas não forem respeitados. Por isso acho que os constituintes peemedebistas devem votar de acordo com o programa do partido. A não ser em temas sobre os quais o PMDB não delibera, como por exemplo o sistema de governo e a duração do mandato do presidente Sarney. Nestes, cada um é livre para votar de acordo com sua consciência".

A Assembléia Nacional Constituinte dispõe de poder de promulgar a nova Constituição do País ao mesmo tempo, aprovar



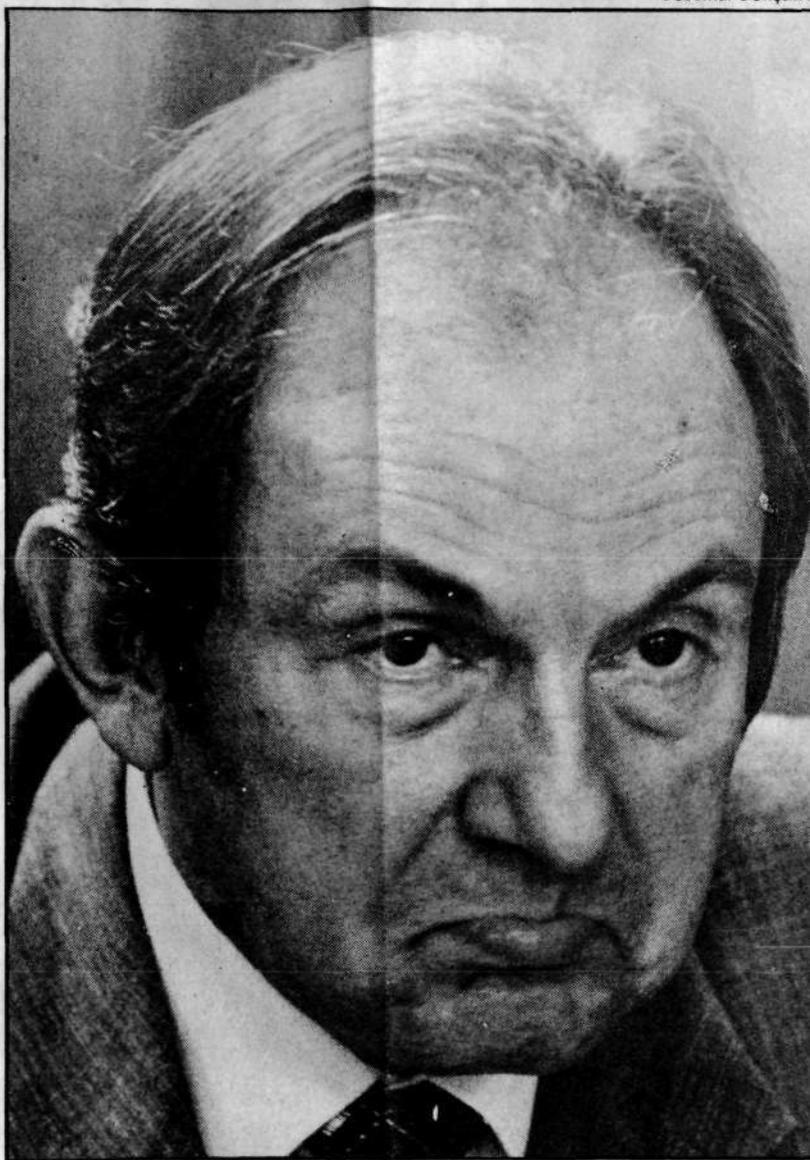
toda a legislação complementar ou ordinária imprescindível ao seu integral cumprimento. Essa é a inovação que o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), promete oferecer aos constituintes através do que chama "Ato de Disposições Não Constitucionais", um capítulo que começa a elaborar, à parte de seu Substitutivo ao Projeto de Constituição, com todas as questões polêmicas de natureza não constitucional debatidas ao longo dos trabalhos da Assembleia.

Redução

Deste Ato constarão, por exemplo, a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho, hoje inseridas no capítulo da Ordem Social do Projeto de Constituição, ou ainda o aborto, a pena de morte e a Lei de Segurança Nacional, exaustivamente debatidos e objeto de inúmeras emendas. Segundo Cabral, o seu Substitutivo reduzirá em cerca de 50% o Projeto em debate no plenário: "Esse Projeto tem 50% de matéria de lei ordinária, que vou ter de eliminar do meu Substitutivo e que me comprometo a pôr no Ato de Disposições não Constitucionais, para não frustrar os constituintes que trabalharam nesses temas".

Para o relator, a promulgação da nova Constituição do País significa a concretização do processo de transição, a passagem da possibilidade de democracia para a democracia de fato. Por isso, ele acha aconselhável que a nova Carta saia ainda este ano e não esconda o temor de um retrocesso, caso se prolonguem os trabalhos da Constituinte. "Eu tenho dito sempre que o Poder Civil conquistou a possibilidade para a transição, mas ainda não a concretizou. Entre a conquista e a concretização tem que estar a Constituição, que será o reordenamento institucional do nosso País, depois de termos saído de uma excepcionalidade institucional. Por isso, o ideal será que nós possamos sair não o mais rápido possível, mas dentro da brevidade aconselhável e o que está aconselhando é que nós concretizemos essa transição, porque o

Josemar Gonçalves



Cabral teme retrocesso, caso a Constituinte se prolongue

Cabral aponta lobbies

O Poder Judiciário, os delegados de polícia, a Polícia Federal, o Ministério Público, os proprietários de terras e os militares foram citados pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), como os articuladores dos lobbies mais atuantes e bem organizados para influir nas decisões da Assembleia Nacional Constituinte.

Para Cabral o trabalho dos lobistas tem sido caracterizado pela pressão natural, através de cartas, telegramas e do contato pessoal, sem nada que possa denegrir a decisão soberana da

Constituinte: "Até hoje não soufri nenhuma pressão que pudesse ser atentatória à minha atuação de relator ou de constituinte. Não houve nenhuma pressão desonesta ou que saísse dos parâmetros do bom convívio, até porque eu não a permitiria".

Cabral não despreza a atuação dos lobbies como frentes legítimas de pressão, mas ressalta que o que vai definir realmente o seu Substitutivo são as emendas populares, as emendas dos constituintes e as discussões sobre temas constitucionais, que vêm sendo realizadas no plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Ministros buscam um novo consenso

Pelo menos três ministros de Estado estão diretamente envolvidos nas negociações em busca de um consenso sobre os temas polêmicos que constarão da nova Constituição do País. O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, confirmou que um dos maiores entraves à negociação em torno de seu Substitutivo ao Projeto de Constituição — a reforma agrária — vem sendo negociada pelos parlamentares através do ministro da Reforma Agrária, o ex-senador Marcos Freire.

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, está encarregado, a partir de sugestão do próprio Cabral, com o aval do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de ouvir os trabalhadores e os empresários e trazer à Constituinte uma proposta que substitua a estabilidade plena no emprego, garantida no Projeto de Constituição em discussão na Assembleia. Já o ministro da Previdência e Assistência Social,

Raphael de Almeida Magalhães, comprometeu-se a manter contato com o senador Almir Gabriel (PMDB-PA), que foi relator da Comissão da Ordem Social, para apresentar sugestões de aperfeiçoamento ao novo conceito de Seguridade Social, inserido no atual texto.

Na opinião de Cabral a estabilidade no emprego, bem como a jornada semanal de trabalho, que constarão do "Ato de Disposições não constitucionais" e não de seu Substitutivo, deve chegar a um texto Intermediário que satisfaça às duas partes: "A partir do que me trouxe Pazzianotto, vou negociar com as lideranças partidárias". Sobre a reforma agrária, no entanto, não visualiza grandes avanços: "A matéria precisa ser conduzida com absoluta capacidade de negociação e com muita imaginação. Mesmo assim acho que só vai ser definida com a votação em plenário, pois existe uma carga emocional muito grande em torno dela".

Em dez dias, poucas emendas

A apresentação de emendas não está chamando a atenção dos Constituintes. Nesses dez primeiros dias do prazo foram encaminhadas apenas 665 propostas, enquanto que em outras fases chegaram a ser apresentadas mais de seis mil emendas em quatro dias. O conteúdo também não é inovador. Foram reapresentadas propostas contra a estabilidade no emprego, redivisão territorial e ampliando o mandato dos atuais prefeitos, governadores e Presidente da República.

O deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), continua sendo um dos parlamentares que mais apresenta emendas. Ele reapresentou as propostas de mandato de seis anos para o presidente Sarney, contra a anistia e a que permite a acumulação de aposentadorias. Gibson continua insistindo na anexação do território de Fernando de Noronha ao estado de Pernambuco, alegando justiça histórica para a adoção da medida.

Já o deputado Waldeck Ornelas quer a prorrogação dos atuais mandatos executivos. Assim todos os prefeitos só abandonarão o cargo em 31 de janeiro de 1989 e os governadores em 31 de janeiro de 1991.

De uma maneira bastante diferente o deputado José Elias Murad (PTB-MG) sugere a reforma agrária. Ele pretende que a

futura Constituição garanta a expropriação imediata das terras "onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas (maconha, coco, etc)". As terras expropriadas seriam, no caso, destinadas a colonos sem o direito de propriedade.

O senador Gerson Gamata e sua esposa, deputada Rita Camata (PMDB-ES), subscreveram uma emenda que institucionaliza a inadimplência nas contas públicas. Eles querem que seja incluído no Artigo 3º do Projeto que "ninguém será punido com o corte de fornecimento de água, luz e esgoto por falta de pagamento se não tiver condições de fazê-lo". Na emenda, no entanto, eles não prevêem como poderá ser feita a fiscalização do poder aquisitivo de cada um e muito menos estabelecem quem arcará com as possíveis perdas.

A criação do estado de Juruá — desmembramento do Amazonas — também foi reapresentada pelo deputado Carrrel Benevides (PMDB-AM). O Juruá foi o único estado rejeitado na votação da Comissão. O constituinte justifica que a aprovação de sete novas unidades federativas dá legitimidade jurídica à sua proposta, "pois a região do alto Amazonas está economicamente prejudicada pela extensão territorial". (B.P)